

**ABRINDO CAIXAS DE ARQUIVO:
UM OLHAR FILOLÓGICO¹**

Gérsica Alves Sanches (FVC/FSBB/UFBa)
gersicasanches@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as noções de arquivo e memória, a partir do estudo filológico empreendido com o arquivo pessoal de Dom Timóteo Amaro Anastácio – um religioso engajado nas lutas insurgentes, travadas inclusive na arena da linguagem, que se serve de palavras lutadoras para trazer a lume discursos dissonantes daqueles impositivos e autoritários que circulavam (e circulam) no período da ditadura militar no Brasil. Pondera-se sobre a repercussão que as noções referidas desencadeiam no trabalho filológico. Em paralelo a isso, atenta-se para a relevância histórica do arquivo e do manuscrito, pensando como eles podem ser artefatos para impor silenciamentos e apagamentos ou podem reverter o jogo mnemônico. Recorrendo a discussões teóricas propostas por Derrida (2001) e Pollak (1992), pretende-se entrever como o agenciamento de arquivos, sua inventariação, colação, seleção e análise imprime marcas significativas para as versões de memória que eles sustentam. Finalmente, transpõem-se essas questões para o trabalho de inventariação e análise dos escritos de Dom Timóteo, acondicionados em seu arquivo pessoal, considerando as produções à luz do jogo mnemônico, que gera recalques e ausências em arquivos como o estudado nesta pesquisa e que traz notícias de um período histórico-político que avança contra versões de memória que deponham contra as versões oficiais; fazendo do labor filológico um ato político.

Palavras-chave: Arquivo. Memória. Dom Timóteo. Filologia.

1. Introdução

Os desastres que marcam o fim do milênio são também *arquivos do mal*: dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, “recalcados”. Seu tratamento é ao mesmo tempo massivo e refinado ao longo das guerras civis ou internacionais, de manipulações privadas ou secretas. Não se renuncia jamais, é o próprio inconsciente, a se apropriar de um poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação. Mas a quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo? Como fazer as correspondências entre memento, o índice, a prova e o testemunho? (DERRIDA, 2001, p. 07)

¹ Este trabalho é fruto das reflexões empreendidas ao longo do trabalho de pesquisa desenvolvido pela autora em sua dissertação de mestrado.

As reflexões que seguem advêm de um estudo desenvolvido sobre o arquivo pessoal de Dom Timóteo Amoroso Anastácio, um religioso engajado nas lutas insurgentes, travadas inclusive na arena da linguagem, no período da ditadura militar no Brasil. Reflete-se neste trabalho sobre as noções de arquivo e como elas ressoam no estudo filológico.

Jacques Derrida, em seu livro *Mal de Arquivo*, levanta questionamentos bastante pertinentes acerca não apenas do agenciamento do arquivo, mas também de como este é concebido, engendrado e confrontado com outros. Leva-nos a indagar quem exerce o poder de constituí-lo, estudá-lo, organizá-lo. Como os aspectos históricos, sociais, econômicos ou de outra ordem repercutem nos arquivos, tornando-os dissimulados, destruídos, interditados, desviados ou “recalcados”?

Circunscrevendo essas questões para o âmbito deste trabalho: de que maneira podemos vislumbrá-las quando lidamos com o arquivo privado, de uma instituição religiosa, que se permite, ao constituir sua própria “memória”, ao resguardar aquilo que ajuíza ser necessário à posteridade, elaborar, por meio dos documentos acondicionados nos arquivos pessoais de cada um dos monges que viveu e morreu no Mosteiro de São Bento da Bahia² somados aos seus registros institucionais, uma versão de memória para a instituição, para inúmeros fatos ou acontecimentos históricos, para personalidades religiosas, enfim, para um sem-número de itens que se possam historicizar, de que se possa constituir “memória”?

2. Em arkhê, o arquivo

Na tese de doutorado *Arthur de Salles: A Edição de Outros Escritos*, Lose (2004), debruçando-se sobre parte do acervo do poeta Arthur de

² É necessário informar que há uma prática bastante comum nos mosteiros que é a de registrar diariamente os acontecimentos mais relevantes para a instituição, resultando na produção de Crônicas, livros de registros. A função de cronista é desempenhada pelo monge, normalmente um monge mais velho. Além de fazer registrar questões relativas à vida religiosa, produzem-se também relatos biográficos sobre os monges que viveram e morreram no mosteiro. Tal documento (constantemente escrito e diariamente lido) dá-se o nome de Dietário – também escrito pelo cronista. Há ainda nos monastérios a figura do arquivista, monge responsável por organizar e selecionar os elementos que compuseram e compõem os arquivos pessoais de cada um dos monges e documentos relativos à vida administrativa da instituição. Então, vê-se aqui que uma instituição religiosa, como um mosteiro, acometida deste *mal de arquivo* se insere nesta disputa pelo poder de memória que é exercido (e não pertencente) pelas instituições sociais.

Salles, discorre primeiramente sobre as peculiaridades de se tomar como objeto empírico de pesquisa elementos componentes de acervo, que, de antemão, são, de alguma maneira, selecionados e nos quais são impressas marcas no instante em que inventariamos, colacionamos, selecionamos e analisamos.

Deparamo-nos, então, com a compreensão de “arquivo” que sustenta tais questionamentos, entendido ao lado das noções de memória e origem. Por esse viés de leitura, o “arquivo” como lugar da memória e do arcaico (*arkhê*) trabalharia com a ideia de *começo* e *comando* (poder), as memórias constituídas e manipuladas ao longo do tempo revelam-se não como um armazenamento de saberes e informações, mas antes como reflexo de atos de revisão, organização, segmentação, censura, repressão, dissimulação ou, até mesmo, de destruição. Foge-se, assim, de uma abordagem exclusivamente histórica do “arquivo” e da “memória”.

Importa determo-nos ainda no fato de que alguns arquivos, como é o caso do arquivo pessoal de Dom Timóteo, são *a priori* organizados pelo próprio autor, ao longo de sua vida religiosa, sendo ele, conforme diz Lose (2004, p. 6), o arquivista e o arquivado, selecionando e recalcan-

[...] dando à luz e dissimulando num jogo de esconde-esconde, fazendo do seu arquivo o lugar do dito e do não-dito, da voz e do silêncio, do manuscrito e do palimpsesto. O escritor sofre de forma extrema do *mal de arquivo*, da *pulsão de morte* que, trabalhando contra o próprio arquivo, tende a destruí-lo ou a disfarçá-lo, mascará-lo, maquiá-lo, o arquivo trabalhando contra si mesmo, deixando registrados não os traços da memória, mas registros que por si sós já são traços de outras memórias.

Essa discussão, quando trazida para o cerne do *fazer* filológico, que se desenvolve rente ao *texto*, tendo neste labor infindáveis finalidades, seja a de restituição, edição, crítica, gênese, autenticidade, veracidade, torna ainda mais preeminente a compreensão das forças psicossociais e político-ideológicas que interagem para a conformação de um arquivo. Isso assume uma conotação ainda mais problemática, tendo em vista a abordagem que esboçamos, a partir do momento em que consideramos a elaboração do arquivo histórico de uma instituição privada e religiosa, como o Mosteiro de São Bento da Bahia, que assume, ao longo do período ditatorial, diferentes posicionamentos políticos e ideológicos que, direta ou indiretamente, repercutem no arquivo e em seu próprio processo de arquivamento, pois, quando se elege algo como digno de ser arquivado, excluem-se outros documentos que se acredita não serem necessários ou não serem de interesse da instituição preservar, ou ainda, serem de in-

teresse da instituição apagá-los – neste instante realiza-se o apagamento da memória e percebe-se que ela é essencialmente forjada dentro de um jogo de poder na tentativa de construir uma versão válida de um *memento*, na acepção proposta por Derrida (2001).

Nesta perspectiva, Pollak (1992), em seu artigo “Memória e Identidade Social”, afirma que a memória é um fenômeno construído e, como tal, deve ser compreendido no cerne do jogo de negociação e organização que ocorre dentro de um determinado grupo ou de uma sociedade. A memória individual ou coletiva é construída no/pelo jogo de poder que instituições disputam na tentativa de fazer valer, de validar, a sua versão, a sua proposta de memória.

Então, tomam-se os escritos autorais do monge Dom Timóteo Amoroso Anastácio, que compõem o *corpus* de análise deste trabalho de pesquisa, como uma versão de memória em relação aos momentos de enfrentamento, de análise e crítica das ações autoritárias tomadas no período da ditadura militar brasileira na segunda metade do século XX. Pretende-se, ainda que parcamente, perceber esses escritos naquele jogo de poder, ansiando lê-lo como uma memória dissonante, mas válida para este momento que, embora temporalmente tão próximo de nós, nos possibilita tão turvas e impositivas memórias.

Têm-se desenvolvido muitos trabalhos de pesquisa em diversas áreas do saber, na tentativa de erigir, com objetos que hoje assumem o status de documento³, diferentes versões de memória para o referido período ditatorial. É interessante notar que uma significativa parcela dessas pesquisas se vale de objetos empíricos e teóricos que muitas vezes foram desconsiderados por estudiosos, por não ser atribuído a esses objetos o

³ Na acepção adotada por Le Goff (2003), em *História e Memória*, e por Foucault (2012), em *Microfísica do Poder*, ao considerarem a mudança e ampliação da concepção de ‘documento’. O ‘documento’ deixa de ser tomado como sinônimo para ‘texto’, para ser qualquer coisa que “pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1949, p. 428 *apud* LE GOFF, 2003, p. 530). E esses documentos chamados por Le Goff de massas dormentes passam a ser tidos como “monumentos” quando, conforme afirma Zumthor, são utilizados pelo poder, surgindo, assim, a noção de documento/monumento, “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder [...]” (p. 536); “[...] o documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. (LE GOFF, 2003, p. 538)

status de documento/monumento, a exemplo de um registro paroquial, um livro de atas, uma correspondência pessoal, um poema...

Polemizando sobre o caráter político de toda atividade científica, Foucault (2012), em *Microfísica do Poder*, discute sobre uma mudança de objetos teóricos para a ciência histórica que resultam de uma reformulação de objetivos teóricos e políticos relativos a uma arqueologia do saber, acarretando uma inovação metodológica numa distinta abordagem desses documentos. Há, então, uma análise que se demora sobre o texto, para marcar a singularidade dos acontecimentos, espreitá-los ali onde menos se esperava e naquilo que é tido como não possuindo história. Sendo isso demasiadamente necessário, porque eles – o documento/testemunho e o documento tido como despossuído de história – são produtos de um centro de poder, portanto, “[...] deve[m] ser estudado[s] numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas, sobretudo, enquanto instrumento de poder”. (LE GOFF, 2003, p. 538)

Galeano (1988), enredado pela tentativa de expor o trabalho das engrenagens ideológicas para fazer se perpetuar o que ele chamou de colonialismo invisível, discute sobre como a atividade científica desenvolvida na “periferia do mundo” pode contribuir ou, pelo contrário, emperar o funcionamento dessas engrenagens. Indo mais além, esse estudioso considerará que o lugar da memória e o lugar da escrita são lugares também dessas engrenagens, que ao oferecer testemunho “para agora” e “para depois”, entende que

[...] escrevendo é possível oferecer, apesar da perseguição e da censura, o testemunho de nosso tempo e da nossa gente [...] estamos aqui, aqui estivemos; somos assim, assim fomos. Lentamente vai ganhando força na América Latina, uma literatura que não ajuda os demais a dormir, mas que lhes tira o sono: que não se propõe a enterrar os nossos mortos, mas a perpetuá-los; que se nega a varrer as cinzas e procura, em lugar disso, acender o fogo. Essa literatura continua e enriquece uma formidável tradição de palavras lutadoras. (GALEANO, 1988, p. 20).

Nessa linha de pensamento, considera-se também que, na maré de ditaduras que se alastrou pela América Latina na década de setenta, os projetos científicos podem tanto ser estéreis e castradores, como podem ser libertadores, fugindo, assim, do consumo de ideias pré-fabricadas impostas por uma força centrífuga (advindas dos grupos dominadores⁴)

⁴ O encobrimento ou apagamento de quem são os centros irradiadores dessas forças produz a perpetuação do exercício desses poderes, não dando chances de reversão para estes terrenos, que re-

produzida pelas engrenagens para espargir, em vez de adubo, veneno para extirpar qualquer força descentralizadora que se insurja neste terreno esterilizado. Por isso, o trabalho filológico, como *praxis*⁵ científica, quando delinea o seu projeto científico-político, tem a possibilidade de “acender o fogo” ao qual Galeano (1988) se refere. Ao lidar com acervos, é possível tanto enterrar os mortos e varrer as cinzas, quanto trazê-los à tona.

No exercício de leitura ao qual a filologia se propõe, esses questionamentos ladeiam todo o trabalho crítico com texto, pois tal trabalho segue etapas, como o *recensio* (que consiste no levantamento de toda a tradição manuscrita e/ou impressa do texto, além da tradição indireta que é possível construir); a *colatio* (que envolve o estabelecimento de relações entre textos e suas variantes); a *interpretatio* (que diz respeito à valoração ou atribuição de significados a versões de um documento); entre outras atividades empreendidas pela busca do conhecimento do texto, que resulta na historicização, contextualização, circunscrição do texto, sem perder de vista os elementos intervenientes que determinam esta atividade.

Por esse viés, vislumbramos o fazer filológico inserido no centro desse jogo de poder pela construção de uma memória individual e/ou coletiva, porque, ao eleger determinados textos para editá-los, analisá-los ou criticá-los, retira-se o silêncio imposto a todo texto em estado de torpor, de suspensão, trazendo-o à tona para acessar e construir saberes sobre uma memória.

Dessa maneira, a atividade crítico-filológica assume um aspecto político, inclusive se trouxermos para a reflexão as teorias, métodos, procedimentos analíticos e objetos teóricos selecionados no momento do *fazer* filológico, somando-se a isso a escolha do objeto empírico que traz consigo um dado valor histórico e simbólico, mas também ideológico, político e social, que algumas vezes dissociamos desse *fazer*.

Ao nos depararmos com os arquivos pessoais que estão acondicionados no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, torna-se evidente o contorno político assumido nesta prática de arquivamento

produzem essas forças, mas, não obstante a isto, podem também produzir forças descentralizadas, que fissuram esta cadeia.

⁵ Utilizada aqui na acepção proposta por Marx (2007) na *Ideologia Alemã*.

que é determinada pelo próprio monge ainda vivo e que é agenciada pelo arquivista e, de maneira mais ampla, pela instituição, que, por vezes, ajusta sobre quais documentos devem ser preservados e quais devem ser descartados.

2.1. Abrindo as caixas: manuscritos e datiloscritos do amoroso

Afirma Higounet (2003, p. 9), no livro *História Concisa da Escrita*, que a escrita não representa a imobilização ou fixação da linguagem articulada, a escrita advém da necessidade do homem de criar um meio de expressão permanente; “[...] contudo, a escrita é mais do que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade”.

Recorrendo a compreensão de Le Febvre citado por Higounet (2003), o documento, como um monumento, traz em si impressões; é registro, conhecimentos e informações; é “a palavra muda”, certamente, mas que, “centuplicada”, abre as portas de um universo que poderia ser até então inaudível, mas que se permite auscultar, por meio de leitura atenta e cuidadosa.

O texto manuscrito acompanha a história, sendo o responsável por preservar e transmitir ao longo do tempo e do espaço o conhecimento filosófico, histórico, científico, religioso, político e tantos outros conhecimentos aos quais não conferiríamos o mesmo *status*. A sua perpetuação acompanha o desenvolvimento das sociedades, servindo de instrumento para construir mentalidades.

Os manuscritos foram, durante muitos séculos, o único meio de difusão do pensamento escrito. O livro é um modo de dominar o mundo e assegurar a continuidade das tradições de determinados grupos, diz Mindlin (1992) – e aqui está a sua instância de poder.

Muito se tem discutido sobre uma mudança no modo como lidamos com o livro (com o texto manuscrito ou impresso), tomado até pouco tempo atrás como forma máxima de materialização e difusão da informação. Entretanto, atualmente, alguns cogitam a possibilidade de o livro ser extinto, assim como preveem a extinção do exercício da escrita como a conhecemos hoje. Sobre isto, Portella (2003, p. 9) propõe que:

[o] livro, objeto-sujeito facilmente identificável, nada é senão um qualificado agente de transformação da história. Fica difícil acreditar que a “civilização do livro”, sobre a qual Peter Sloterdijk lança hoje perturbadoras suspeitas, tenha

concluído a sua verdadeira volta. Mais provável é que a “galáxia de Gutenberg” continue navegando, com a obstinação de sempre.

Em *Reflexões sobre os Caminhos do Livro*, o autor supracitado considera o livro um qualificado agente de transformação da história e, ao apresentar uma possível história do livro, aponta para os seus diferentes contextos de produção e preservação, demonstrando o quanto o livro contribuiu para o desenvolvimento e empoderamento de alguns grupos. No entanto, isso nos remete a outra utilidade do livro, tido como instrumento – assim como é um punhal, uma foice –, ele pode estar a serviço da preservação pela repetição de determinados paradigmas...

No entanto, como instrumento (para bem ou para o mal): o livro sobreviverá à era digital? “Cercado de perigos por todos os lados, situado entre a pressão do mercado e a impressão do mundo” (PORTELLA, 2003, p. 9), como pode o livro [e o manuscrito] resistir ao atual cenário em que se encontra, com tantos instrumentos assaz rápidos e eficientes, que tem hoje um alcance muito maior?

Então, a indagação de Portella (2003) desencadeia uma reflexão que percorre os caminhos trilhados pelo livro manuscrito e suas perspectivas para a posteridade. Perseguindo tais caminhos que revelam a importância do livro para o desenvolvimento intelectual e cultural, Portella (2003) confere ao livro uma característica que o torna indissociável dos grupos letrados em qualquer época: o livro é *humano*, “[...] um ser demasiado humano, atormentado pelas dores da própria da humanidade.” (PORTELLA, 2003, p. 9) Ele “[...] guarda em seu bojo, disponíveis e protegidas, as percepções mais entranháveis da aventura humana: a *lembrança*, a *ocorrência* e a *premonição*”. (PORTELLA, 2003, p. 9)

O estudo do manuscrito como *prática* clássica da filologia, considerando os diversos testemunhos e versões que compõem a tradição direta, sem mencionar uma tradição indireta que nos dá notícias da sua existência, do seu teor, da veracidade e da relevância, compreende o processo de criação e circulação de um texto, podendo visualizar neste repertório de leitura, as intervenções sofridas, as alterações posteriores, os acréscimos, o tipo de suporte no qual são grafados os textos, a tinta, o estilo de grafia. Enfim, as características exógenas e endógenas do manuscrito proporcionam ao filólogo informações necessárias para a realização de sua atividade à espreita do documento.

Então, em plena era digital, a atividade filológica que se dá prioritariamente como textos manuscritos sobreviverá?

Num diálogo com o tempo e com a história, o livro, como registro escrito, associa-se à *lembrança*, como um olhar para o passado, possibilitando o registro e a reflexão sobre acontecimentos e conhecimentos anteriores – ressaltando que os manuscritos, durante muito tempo, foram o único meio de acessar as experiências e os conhecimentos de gerações antecessoras. Relacionado à *ocorrência*, o livro lança um olhar para o tempo presente, tecendo as malhas da história e fazendo memorar. E, associado à *premonição*, o livro permite mirar o futuro e, a partir das impressões do passado e das experiências do presente, projetá-lo.

Assim, para além de um documento escrito ou registro histórico ou literário, o livro, dotado do aspecto *humano*, alimenta e agencia, em paralelo ao seu processo de elaboração, a vontade de potência⁶ e o jogo de memória e esquecimento, em que se forjam imaginários e histórias de uma dada sociedade.

E, como espaço reservado para abrigar os registros escritos, cria-se a biblioteca, que etimologicamente deriva dos termos gregos *bíblion*, que significa livro, e *theke*, que significa caixa, cofre, receptáculo, ou qualquer estrutura que forma um invólucro protetor, informa-nos Cunha (2000). Sob a égide dessa função “protetora” e mantenedora dos livros, a biblioteca assume também a função de gerenciar a memória de um dado grupo ou sociedade. Disso surge outra problemática em relação aos parâmetros norteadores que se fazem necessários para gerir tal instituição.

Em *A Técnica de Arquivar*, Almeida Prado (1977, p. 4) chama a atenção para as funções de instituições como a biblioteca e o arquivo; a primeira seria o “[...] conjunto de material impresso e não impresso disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta [...]”; já o arquivo seria “[...] toda coleção de documentos conservados, visando à utilidade que poderão oferecer futuramente. Dá-se o nome de arquivo não só ao lugar onde se guarda a documentação, como à reunião de documentos guardados” (PRADO, 1977, p. 4). Assim, “[...] arquivar é guardar qualquer espécie de documento, visando à facilidade de encontrá-lo, quando procurado [...]”; centro ativo de informações que “[...] abriga os documentos resultantes de uma atividade, os quais são conservados como comprovantes [...]” (PRADO, 1977, p. 2).

Prado (1977) considera que o arquivo deve adequar-se à institui-

⁶ Na perspectiva de Nietzsche, a vontade de potência que inicialmente significa a vontade de “criar” e, depois, passa a representar a vontade de “dominar”.

ção, assim ele deve ter um plano de organização e funcionamento que atenda às necessidades da instituição, arquivos organizados sem orientação técnica se transformam em verdadeiros depósitos de documentos, não sendo possível cumprir a sua função de gerenciamento da memória que visa a sua acessibilidade. Esse gerenciamento, não entendido apenas como ordenação, concorre para a preservação e validação de versões de memória que se desejam únicas.

Ao ponderar sobre os escritos e objetos que compõem o arquivo pessoal de Dom Timóteo Amoroso Anastácio, que está acondicionado no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, consideramos a representatividade que assume um manuscrito, principalmente quando este textualiza o desenvolvimento do pensamento político-humanitário do monge D. Timóteo.

Assim, desembocamos no ponto que catapultou esta pesquisa. A inventariação dos acervos constantes no Mosteiro de São Bento da Bahia, sob a orientação da pesquisadora Alcía Duhá Lose, levou ao conhecimento de um imenso universo de livros e documentos produzidos em diferentes períodos, com vastos e distintos conteúdos, origens, línguas, aspectos. Dividida em três setores, a Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia conta com o setor de Referência, comportando obras do século XIX, XX e XXI, acessíveis a qualquer pessoa interessada; o setor do Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro, que conta com obras impressas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, sendo de acesso restrito a pesquisadores⁷; e o setor do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia⁸, onde se encontram obras raras, manuscritas, produzidas no século XVI até o XX, que, em geral, referem-se à história da própria instituição, documentos administrativos, jurídicos, históricos e religiosos.

Em consonância com Lose (2009), percebe-se o valor dessas obras pelo número de vezes que estudiosos, religiosos e não religiosos, brasileiros e estrangeiros solicitaram a consulta às obras presentes nesses Arquivos, desenvolvendo suas pesquisas utilizando-se de informações

⁷ Para consultar essas obras, os pesquisadores devem previamente solicitar ao diretor da biblioteca uma autorização.

⁸ O acesso aos documentos deste Arquivo é bastante restrito, haja vista o teor dos documentos, a sua raridade e pelo fato de se encontrarem, à época do início deste trabalho, na Clausura do Mosteiro, onde só podem circular os próprios monges ou pessoas do sexo masculino com a prévia – e rara – autorização fornecida pelo Abade.

desses documentos e, muitas vezes, tornando-os seu próprio objeto de pesquisa, pois todo material que atesta um passado, quer se trate “[...] de ‘monumentos’, quer de ‘documentos’ (vestígios, alfarrábios ou testemunhos) deverá ser objeto de análise do estudioso da memória, a fim de que possa analisá-los, criticá-los num exato valor das informações”. (LOSE, 2009, p. 41)

A compreensão de Lose (2009) aproxima-se da visão de Bassetto (2005), quando este considera que, ao lidar com o documento, há sempre que se considerar sua boa ou má *sorte*. O êxito de um texto manuscrito, enuncia Bassetto (2005), dependerá do número de edições, cópias, citações, referências, estudos, meios que trazem à luz as informações contidas no documento.

O Arquivo do Mosteiro conta com documentos manuscritos e impressos que datam desde o séc. XVI. Entre eles se encontram: bulas papais; cartas de profissão dos monges; sermões; documentos relativos à vida privada do Mosteiro; a coleção dos *Livros do Tombo*, com testamentos de Catarina Paraguaçu, Gabriel Soares, Garcia D’Ávila, Francisco Dias d’Ávila, além de várias outras personalidades da história da Bahia e do Brasil; cartas de alforria; documentos de compra e venda de escravos; documentação relativa às propriedades de toda a região metropolitana de Salvador, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão; livros de pedidos de oração; documentos cartográficos, fotográficos, desenhos; além do acervo pessoal dos monges, que contém desde documentos pessoais, correspondências, materiais de estudos, até sermões, palestras, textos científicos, esboços de homilias, conferências, sem contar nos registros de memórias e reflexões pessoais produzidas pelos próprios monges. (LOSE, 2009)

Diante dessa gama de documentos e pela sua raridade, o Grupo de Pesquisa do Mosteiro de São Bento da Bahia empreendeu um trabalho de inventariação desses documentos, com o propósito de criar um banco de dados que ofereça à própria instituição e à comunidade acadêmica informações sobre quais são os documentos presentes no Arquivo⁹ e sua natureza que, além de viabilizar um acesso mais fácil a essas obras, se configuram fontes frutíferas para o desenvolvimento de estudos linguísticos,

⁹ Este Arquivo Histórico Beneditino salvaguarda inclusive uma coleção de livros tombada pela UNESCO, a coleção dos livros do Tombo, e hoje compõe o Programa de Memória do Mundo da UNESCO/BRASIL. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=10&data=18/10/2012>.

históricos, artísticos, teológicos, iconográficos etc. – cumprindo, conforme sinaliza Lose (2009), também com o objetivo de conservar o referido acervo, salvaguardando versões de memória(s) religiosa(s) baiana(s) e brasileira(s).

No decorrer do trabalho de inventariação, quando se fazia a catalogação das “caixas” dos monges, houve os primeiros contatos com o acervo pessoal de D. Timóteo Amoroso, um homem erudito, com um lastro cultural considerável, que como monge assume um papel de destaque dentro da história recente da congregação beneditina no Brasil, por ter se dedicado a pensar questões teológicas e doutrinárias da Igreja católica, por promover ações cidadãs (motivadas pelos princípios da teologia da libertação), e também por incitar uma reflexão e um olhar crítico em relação aos cerceamentos que ocorreram durante a ditadura militar aqui no Brasil.

Por viver em um período de grande tensão, de misérias, de censuras e de violências, D. Timóteo empreendeu uma luta em defesa dos direitos humanos e, em seu acervo pessoal, é possível encontrar diversos escritos que versam sobre tal questão ou que, de alguma forma, mencionam a situação política da época que inclusive afetava direta e indiretamente a vida religiosa e social do Mosteiro.

Seu acervo pessoal contém textos manuscritos, datiloscritos e impressos, de cunho religioso, político, histórico e científico. Há textos para homilias, palestras, trabalhos científicos e textos políticos que refletem sobre os direitos humanos em contexto ditatorial. A relação intelectual e de amizade que matinha com teólogos, literatos, políticos, religiosos, como Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, pensadores da teologia da libertação, o jesuíta e socialista Gonzalo Arroyo, o historiador argentino Rogelio García Lupo, a religiosa Vera Lucia Parreiras Horta, OSB¹⁰ (hoje superiora do mosteiro beneditino feminino da Bahia), Carlos Mesters (frade carmelita e teólogo, que se dedica a estudar a exegese bíblica do ponto de vista histórico-crítico), François Houtart (um religioso, teólogo e sociólogo belga, envolvido com a teologia da libertação), entre tantos que figuram entre as correspondências e produções textuais de Dom Timóteo e se presentificam em seus discursos.

Após ter promovido a inventariação do acervo pessoal de Dom

¹⁰ A sigla OSB refere-se à Ordem de São Bento.

Timóteo, selecionaram-se os textos que apresentavam atravessamentos entre o político e o religioso – utilizando aqui a acepção do termo *político*¹¹ proposta por Bobbio, Matteucci e Pasquino – que permitem entrever, por meio de elementos linguísticos-discursivos, algumas das formações ideológicas que são acionadas neste processo de escrita.

Trazendo a lume os textos com essa temática por meio do trabalho de edição, cumprimos com uma das etapas da atividade filológica na compreensão de Spina (1994), aquela que se atém ao texto, prima por explicá-lo, por restituí-lo e dispô-lo para publicação, ao lado daquela que atenta para o contexto, preocupa-se com a autoria e com a datação, situando-o em seu período de produção, escrutando-o, deslindando as suas malhas bem cosidas a fim de investigá-lo.

O acervo pessoal de Dom Timóteo deve ser lido tendo como pano de fundo as questões religiosas, históricas e sociais que se configuram como forças atuantes (de *recalque* ou de resistência), dando-lhe contornos e forma, como a mudança doutrinal da Igreja, que se vê diante de demandas sociais graves; a grande maré de ditaduras que ganha força na década de 70 e que terá suas raízes fincadas ainda hoje nas pseudodemocracias que as sucedem; a fome, a miséria, a pobreza que se tornam problemas cada vez maiores e mais danosos na “periferia do mundo” que sofre com as forças impositivas, exploradoras, excludentes e opressoras advindas do colonialismo invisível de que fala Galeano (1988).

É forçosa, então, uma leitura cautelosa de um arquivo, pois, além de haver um trabalho anterior de arquivamento pelo próprio arquivado, há também a incidência de forças como essas que trabalham amplamente, reconfigurando as impressões do arquivo, “[...] o arquivo tanto produz quanto registra o evento [...]” (DERRIDA, 2001, p. 10), assim como não

¹¹ Adotam-se aqui as acepções de política e de poder político propostas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954) no *Dicionário de Política*, em que expõem que o termo política, derivado do adjetivo grego *politikós*, que significa “[...] tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]”. “Ocorreu assim desde a origem uma transposição de significado, do conjunto das coisas qualificadas de um certo modo pelo adjetivo “político”, para a forma de saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de coisas: uma transposição não diversa daquela que deu origem a termos como física, estética, ética e, por último, cibernética”. (p. 954)

“O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como ‘consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem’ (Hobbes) ou, analogamente, como ‘conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados’ (Russell)”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954)

há memória sem suporte, também não há arquivo sem arconte e sem recales. Não há arquivo sem *mal de arquivo*.

Problematicando a compreensão de arquivo, não seria suficiente conferir organicidade ao arquivo, dispondo os documentos sobre um suporte, seria necessário um poder arcôntico de unificação, de identificação e de classificação, referindo-se ao poder de consignação de que trata Derrida (2001), entendendo-o como uma morada que congrega os signos.

Mas é necessário insistir: esta potência arquiviolítica não deixa para atrás de si nada que seja próximo. Como a pulsão de morte é também, segundo as palavras mais marcantes do próprio Freud, uma pulsão de agressão e de destruição (*Destruktion*), ela leva não somente ao esquecimento, à amnésia, à aniquilação da memória como *meme* ou *anamnesis*, mas comanda também o apagamento radical, na verdade a erradicação daquilo que não se reduz jamais à *mneme* ou à *anamnesis*; a saber, o arquivo, a consignação, o dispositivo documental ou monumental como *hupomnema*, suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento. Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória. *Não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior.* (DERRIDA, 2001, p. 22)

Ao lidar com acervos como esse, presente no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, compreende-se a riqueza e a diversidade de informações que um arquivo pode congrega.

3. *Considerações finais*

Assim, volta-se para uma ideia lançada anteriormente no que diz respeito ao livro, a sua função e contribuição para os grupos sociais. De modo geral, a produção escrita, compreendida como um modo de materialização e sistematização de formas do dizer, também pode ser lida como um monumento, que traz em si impressões, é registro, índice de conhecimentos e informações.

No trabalho de inventariação do arquivo pessoal de Dom Timóteo, realizamos uma incursão no terreno movediço dos seus escritos, a fim tomar conhecimento dos tipos de registros e documentos que estavam acondicionados em suas caixas. Na leitura do seu arquivo, pudemos perceber um movimento contínuo de reflexão-ação-reflexão que parece ser norteado não apenas por demandas religiosas, mas antes filosóficas e políticas, trazendo como verve de muitos documentos percepções e dis-

curso que se afinam e, por vezes, sustentam algumas correntes de pensamento e de ação que se insurgem diante do caótico cenário latino-americano em meados do século XX.

No trabalho de inventariação e catalogação, realizou-se a identificação de todos os documentos que compõem o fundo documental de Dom Tomóteo Amoroso Anastácio, classificando-os como bibliográficos ou iconográficos, utilizando descritores (data, tipologia, autor, destinatário, assunto, anexo). Esse processo de análise e classificação incide sobre o arquivo pessoal do monge Timóteo de modo a imprimir-lhe marcas, dá-se caminhos de leitura, ao identificá-los e classificá-los, *recalamos*, pois os circunscrevemos àquela classificação.

A produção intelectual de D. Timóteo e suas reflexões teológicas foram, em parte, publicadas no livro *A Flauta de Deus*, uma coletânea de homilias. Ademais, vários textos de sua autoria foram publicados em jornais e cadernos litúrgicos da Igreja Católica, como *A Ordem* e *Convergência* e, em paralelo a sua intensa atividade de escrita, desenvolvia trabalhos de tradução de obras filosóficas ou até mesmo literárias, normalmente a pedido de Alceu Amoroso de Lima.

Todo o trabalho de argumentação que se percebe nos textos editados parece levar em conta as condições psíquicas e sociais do auditório, estabelecendo uma comunidade efetiva de espíritos e havendo um acordo acerca da questão a ser discutida, pois toda a argumentação visa à adesão dos espíritos, pressupondo a existência de um contato intelectual, por isso estes textos ressoam. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996)

Enfim, o estudo do arquivo pessoal de Dom Timóteo abre fissuras nas narrativas históricas oficiais do período da ditadura militar e torna evidente que o trabalho com o arquivo e com a memória pode configurar-se como uma prática de resistência, um ato político, que tanto pode produzir ausências, vazios e silêncios – gerados pelas múltiplas formas de dominação – como pode gerar transformação das condições de existência – desencadeadas pelas múltiplas formas de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*: princípios da técnica da editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ARCHANJO, José Luiz. (Org.). *Teilhard de Chardin*: vida e pensamen-

tos. São Paulo: Martin Claret, 1997.

ARNAUDO, Florencio José. *El año en que quemaron las Iglesias*. 2. ed. Buenos Aires: Pleama, 1996.

ARNS, D. Paulo Evaristo. (Pref.). *Brasil: nunca mais*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

AUERBACH, Erich. Filologia da literatura mundial. In: ARRIGUCCI JR., Davi; TITAN JR., Samuel. (Orgs.). *Ensaaios de literatura ocidental*. Trad.: Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2007.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun*. Trad.: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad.: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Trad.: Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: UNESP, 1992.

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América: que ainda não houve*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOSE, Alcécia Duhá. *Critérios para edição conservadora do Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*. São Paulo: ANPOLL, 2007 [Comunicação oral não publicada].

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da ar-*

gumentação. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 2010.

PÉREZ, C. L. V. Cotidiano: histórias, memória e narrativa. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.

SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SOUZA, Eneida Maria de. Males de arquivo. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda. (Orgs.). *Limiares críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 81-88.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética, Edusp, 1994.

TAVARES, Eduardo Diogo. *O milagre de dom Amoroso: ou como D. Timóteo, abade do Mosteiro de S. Bento, venceu as legiões hereges*. Salvador: P&A, 1995.

VERDELHO, Evelina. *Livros das obras de Garcia de Resende: edição crítica, estudo textológico e linguístico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.